

Durval Muniz de Albuquerque Jr.. Nordeste: uma invenção do falo — uma história do gênero masculino (Nordeste — 1920/1940). Maceió, Catavento, 2003. 256 p. ISBN 85-7545-054-9.

Marc Bloch, um dos historiadores mais importantes do século XX, dizia que a História, enquanto ciência, não tinha como ponto de partida o passado: a motivação para se escrever um livro de História não era fornecida primeiramente pelo passado, como se este fosse uma espécie de fantasma que vinha perturbar o sono do historiador para que empreendesse uma pesquisa histórica. De fato, para toda uma tradição de historiadores do século XX, a motivação da história vem do próprio presente: é observando a atualidade, nos seus mais diversos aspectos, que a centelha da pesquisa histórica se acende — este é um dos ensinamentos dos “Annales” que permanece vivo na comunidade dos historiadores. O livro que ora apresentamos, oriundo dos trópicos brasileiros, constitui um exemplo ímpar dessa postura.

Durval Muniz de Albuquerque Junior, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atual presidente da Associação Nacional de História (ANPUH) e autor dos livros *A invenção do Nordeste e outras artes* (Cortez, Massangana, 1999), *História: a arte de inventar o passado* (Edusc, 2007) e *Nos destinos de fronteira* (Bagaço, 2008), ao observar a tradicional representação do nordestino, pergunta-se: “como historicamente se produziu essa figura que tem hoje extrema importância nos embates políticos e regionais no país?” (p. 20). Diante dessa questão, o autor começa por traçar a figura que veio a ser identificada como a do nordestino:

ser enrijecido na aparência, fala e gestos, brutalizado na linguagem e pensamento, ser de pele queimada, fruto das horas de trabalho agrário, ser que não admite nenhuma desonra moral, que cumpre sua palavra, que vela pela dominação, que se preocupa em passar uma imagem de homem forte, bruto, trabalhador e “sem frescura”, homem valentão, “membrudo”, “cabra-macho” — eis algumas das facetas do homem nordestino, as quais aparecem em uma série de discursos (científicos, populares, artísticos e outros).

Nordestino: uma invenção do falo — uma história do gênero masculino (Nordeste — 1920/1940) é uma história arqueológica, tal como proposta por Michel Foucault, ou seja, um empreendimento histórico que visa encontrar, não as “solenidades de origens” ou as raízes, mas sim as condições de possibilidade da emergência de um dado saber ou prática. Durval Muniz de Albuquerque Jr. escava uma série de práticas discursivas e não discursivas que possibilitaram a emergência do tipo regional nordestino, em um dado momento histórico, e a partir da iniciativa de um dado grupo social. Sua missão é:

entender o porquê de ter emergido, nesse momento, essa figura e o porquê de sua elaboração como uma figura masculina. É acompanhar as práticas discursivas e não discursivas que produziram esse ser nordestino,

atribuindo a ele uma essência e uma identidade. (p. 20)

O método de pesquisa foucaultiano reluz fortemente ao longo das páginas.

Cobrimo um recorte temporal que vai de cerca de 1870 a cerca de 1940, a pesquisa contempla diversos tipos de fonte, de livros historiográficos a literários, passando por escritos jornalísticos e memoriais — o que inclui autores como Gilberto Freyre, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz, entre outros.

A obra é composta de duas partes: “A feminização da sociedade” e “A invenção de um macho”. Na primeira parte, o autor investiga a percepção da elite tradicional nordestina acerca das mudanças advindas com o processo de modernização na região conhecida hoje como Nordeste. Trata-se de inquirir sobre a maneira pela qual homens como Gilberto Freyre, Julio Bello, José Lins do Rego, Câmara Cascudo e outros, isto é, os representantes de uma elite aristocrática nordestina, entenderam as transformações que os assolavam. Albuquerque Jr. demonstra que tal grupo social produziu uma série de discursos nos quais estava presente a ideia de que as mudanças ocorridas no Brasil, desde pelo menos a década de 70 do século XIX, estariam feminizando a sociedade. Eventos como a abolição da escravidão, a proclamação da República, a industrialização e o feminismo, entre outros, eram vistos como parte de um processo cuja pretensão era não só nivelar a sociedade, mas, sobretudo, “desvirilizar-la” — fato este que, segundo esses mesmos discursos, solapariam a ordem social brasileira, instaurando o caos.

Para melhor delinear essa ideia aristocrática da feminização da sociedade, o autor sai à procura dos elementos que, para a elite tradicional nordestina, atestavam o amolecimento da sociedade, e aí se destaca a reflexão sobre os costumes, a família, a política e o espaço urbano. Um dos temas mais empolgantes é o da cidade, vista pela elite nordestina como um espaço não familiar, no qual haveria uma separação entre homem e natureza, e a predominância do tipo social “almofadinha”, da “cultura bacharelesca” e de “padres molengas”. O que parece estar em questão nessa primeira parte é mapear o contexto histórico-cultural no qual a figura do nordestino emergiu como questão — não uma mera descrição ou retrato do ambiente histórico, mas antes a afirmação de que a invenção do nordestino esteve intimamente ligada a um ambiente histórico-cultural, sem o qual ela não teria sido possível (ou, em outras palavras, a reconstrução das condições de possibilidade dessa fabricação, em função de um conjunto de circunstâncias, e de acordo com determinadas características).

O capítulo intitulado “A invenção do patriarcalismo”, na primeira parte, merece referência: aqui Durval Muniz de Albuquerque Jr. nos apresenta sua singular habilidade e competência como historiador, na medida em que faz uma instigante discussão historiográfica na qual figuram historiadores da estirpe de Caio Prado Junior, Sergio Buarque de Holanda, Ronaldo Vainfas e E. P. Thompson. Segundo o autor, boa parte das críticas posteriores à aplicação ao Brasil do conceito de patriarcalismo, tal como difundido por Gilberto Freyre, tem como base a questão da realidade —

criticam Freyre por usar um conceito que, do ponto de vista empírico, se apresenta como frágil; patriarcalismo seria, pois, um termo não muito condizente com a realidade histórica brasileira. Porém, para Albuquerque Jr. nenhum conceito é capaz de espelhar a realidade; as fissuras, as exceções sempre existirão. Em vista disso, um conceito não deve ser criticado por não reproduzir a realidade de modo fiel, uma vez que é sempre um produto abstrato, subjetivo, embora referenciando-se em certa empiria. O que interessa ver no conceito é sua historicidade, sua relação com uma série de outros elementos. A partir daí, o autor passa a descrever a problemática historiográfica em torno do conceito de patriarcalismo, para o que são propostos novos termos, novas perguntas e novos interesses.

De acordo com Durval Muniz, mais que um conceito, tal termo constitui-se em uma espécie de metáfora da ordem social predominante no Brasil até o início do século XX: ao usar o termo, Freyre pretendia resumir a história do Brasil até então. Trata-se, assim, de uma chave interpretativa que cobre toda uma realidade histórica, de forma semelhante às Filosofias da História do século XIX. Para o autor, não interessa saber se esta era uma visão realista da sociedade ou apenas uma visão de uma classe social dominante. O que importa é a historicidade, sua relação com uma trama histórica e social. É assim que se fecha a primeira parte do livro.

A segunda e última parte, "A invenção de um macho", detém-se na figura do nordestino, tal como a conhecemos hoje. O objetivo é esquadrihar essa figura, tentando perceber suas características, metáforas, tramas, bem como os discursos e as práticas que o engendraram. A

ênfase se assenta no sujeito nordestino, cujos atributos foram definidos, sobretudo, por um grupo de intelectuais ligados ao movimento tradicional-regionalista, que teve grande influência no país, principalmente no Nordeste. O autor traça a visão de mundo de seus membros, os quais eram, em sua maioria, estudantes da Faculdade de Direito de Recife. Esses acadêmicos foram responsáveis por uma gama de produções (teses, artigos, festas, poesias, músicas etc.) que procuravam significar o Nordeste e o nordestino, tornando-os inteligíveis para a época.

Albuquerque Jr. apresenta ainda outras categorias de discursos que moldaram, na época, a figura do nordestino. Trata-se, em sua maioria, de discursos pretensamente científicos, uma vez que o pensamento científico que aportava nessa época no Brasil gozava de imenso prestígio. Determinismos de bases eugenistas e geográficas, somadas ao discurso culturalista, foram imprimindo diversas características no tipo regional nordestino, de modo que, ao tempo da consolidação da figura do nordestino, percebem-se nele elementos de várias matrizes teóricas. Assim, seu caráter resistente e corajoso se explicaria tanto por seu habitat natural ser bastante inóspito (determinismo geográfico) quanto por sua história de sofrimento e abandono (culturalismo). Do mesmo modo, sua virilidade se explicaria tanto por sua descendência mista negra e aristocrática (determinismo biológico) quanto por sua vivência em uma sociedade violenta e negligenciada (culturalismo). Dessa forma, o livro encerra mostrando que a subjetividade do nordestino foi atravessada por uma variedade de discursos, por vezes antagônicos. Saberes científicos e populares foram vitais tanto na invenção

quanto na legitimação do tipo regional nordestino.

Acreditamos que o livro de Durval Muniz de Albuquerque Jr. nos convida, também, para pensar sobre o uso da teoria nos trabalhos históricos. A historiadora Maria Izilda S. Matos, que faz o prefácio do livro, insiste nesse ponto: *Nordestino: uma invenção do falo* nos ensina que um livro de História pode ser

feito com um excelente uso da teoria. Ao lê-lo, não ficamos com a imagem do historiador como alguém que só entende de documentos, datas e causas — como pensam muitos — mas sim, de alguém que, além de manejar bem essas competências, domina igualmente os conceitos e as teorias. Diríamos que este livro de Durval Muniz é como aqueles livros que, quanto mais pensamos conhecê-los, mais se revelam novos e inesperados.



Diego José Fernandes Freire

Graduando em História
Universidade Federal do Rio Grande do Norte